

P. 2/2016

----- **CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSERVAÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS.** -----

----- No dia vinte e nove do mês de Janeiro de dois mil e dezasseis, no edifício dos Paços do Concelho, eu Artur Ferreira Gonçalves, Oficial Público da Câmara Municipal de Tondela, reduzo a escrito o presente contrato com os seguintes outorgantes: -----

-----**-PRIMEIRO-**-----

----- José António Gomes de Jesus, casado, natural e residente na freguesia e Concelho de Tondela, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Tondela, outorgando em representação do Município de Tondela com o NIPC 506 822 680, por força do disposto na alínea f) do número 2 do artigo 35.º, da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro. -----

-----**-SEGUNDO-**-----

----- Maria Isabel de Pinho Bastos Soares, casada, natural da Freguesia de Avanca, Concelho de Estarreja, onde reside na Rua Prof. José Maria Silva Tavares, nº 119, com o NIF 175 210 632 e com o cartão de cidadão número 07017444, válido até 21/07/2017, emitido pela República Portuguesa, com poderes para outorgar em representação da Sociedade por Quotas Vitor Soares – Sociedade de Construções, Limitada, com o NIPC 502 902 850, com sede na Rua da Zona Industrial, Lotes 7 e 7A, 8 e 8A, Freguesia de Brunheiro, Concelho de Murtosa, conforme verifiquei por Certidão Permanente do Contrato de Sociedade subscrita em nove de Abril de dois mil e quinze, que arquivo sob o número um e com o Alvará número 29711 – PUB, que arquivo sob o número dois. -----

----- Verifiquei a identidade do primeiro outorgante pelo conhecimento pessoal que dele tenho, bem como dos poderes que legitimam a sua intervenção neste ato e a

do segundo outorgante pela exibição do mencionado documento de identificação. ---

----- Pelo primeiro outorgante foi dito que por despacho da Senhora Vereadora Eng<sup>a</sup>. Carla Antunes datado de 23/12/2015, que arquivo sob o número três, foi manifestada a intenção de adjudicar e formalizada em 05/01/2016, à firma aqui representada pelo segundo outorgante e após procedimento por Ajuste Direto, a empreitada de Conservação de Vias Municipais, de acordo com a sua proposta e correspondente lista de preços unitários que lhe serviu de base datada de 21/12/2015, que arquivo sob o número quatro. -----

----- A minuta deste contrato foi aprovada por despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 05-01-2016, que arquivo sob o número cinco. -----

----- O valor da presente adjudicação é de vinte mil e oitenta euros, mais o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor. -----

----- Que esta empreitada é por série de preços e os pagamentos se efetuarão no prazo de sessenta dias após a receção pela Câmara das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, mediante Autos de Medição a realizar mensalmente. -----

----- Em caso de atraso do contraente público no cumprimento das obrigações pecuniárias, tem o cocontratante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora. ---

----- Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a um por mil do preço contratual. -----

----- No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no parágrafo anterior, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade. -----

----- O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução deste Contrato. -----

----- Que a revisão de preços será calculada nos termos do Decreto-Lei número 6/2004, de 06 de Janeiro, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, mediante a seguinte fórmula: -----

$$C_t = 0,33 \frac{S_t}{S_0} + 0,12 \frac{M_{13t}}{M_{13_0}} + 0,01 \frac{M_{22t}}{M_{22_0}} + 0,27 \frac{M_{45t}}{M_{45_0}} + 0,11 \frac{M_{51t}}{M_{51_0}} + 0,06 \frac{E_t}{E_0} + 10$$

----- Que esta empreitada deverá estar concluída quinze dias após a assinatura do Auto de Consignação, prevendo-se o seu início em 01/02/2016 e o seu termo em 16/02/2016, de acordo com o Caderno de Encargos que arquivo sob o número seis. -

----- Que na parte não especialmente prevista neste Contrato e Caderno de Encargos, se aplicarão as normas legais reguladoras do regime jurídico de Empreitadas e Fornecimentos de Obras Públicas, aprovadas pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Pelo segundo outorgante foi dito que aceita para a firma que aqui representa, a presente adjudicação com todas as obrigações que deste Contrato emergem, pela forma como fica exarado e documentos que dele fazem parte integrante e atrás mencionados, renunciando a todo o benefício ou direito que de qualquer modo as possa limitar, restringir ou anular. -----

----- O encargo total deste contrato incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal de seis por cento, no montante de mil duzentos e quatro euros e oitenta cêntimos, é de vinte e um mil duzentos e oitenta e quatro euros e



oitenta centavos. -----

----- Foram também apresentados pelo segundo outorgante e juntos a este processo, os seguintes documentos: -----

----- Documento número sete: Certidão validada via internet e emitida em doze de Janeiro de dois mil e dezasseis, comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada. -----

----- Documento número oito: Declaração emitida automaticamente pelo Serviços Segurança Social Direta em dezasseis de Dezembro de dois mil e quinze, comprovativa de que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. -----

----- Nos termos do número 3 do artigo 88º do C.C.P., serão efetuadas retenções no valor de dez por cento dos pagamentos a efetuar. -----

----- O encargo total deste contrato será satisfeito pelo capítulo 07-01-04-01, conforme Orçamento aprovado em Câmara e Assembleia Municipais para o corrente ano. -----

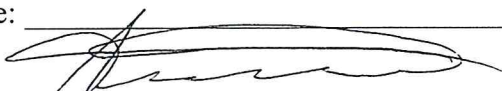
----- O compromisso de verba tem o número sequencial 19134/2016, datado de 27/01/2016. -----

----- Mais se consigna nos termos do disposto na alínea h) do artigo 96 do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, que esta empreitada terá execução no corrente ano. -----

----- Assim o disseram.-----

-----O Primeiro Outorgante: \_\_\_\_\_

-----O Segundo Outorgante: \_\_\_\_\_

-----O Oficial Público:  \_\_\_\_\_